

**ASSISTÊNCIA SOCIAL NO RIO DE JANEIRO: DESQUALIFICAÇÃO DOS ATENDIDOS,
RACISMO CIENTÍFICO E FILANTROPIA**

Ana Maria Quiroga

PUC-RIO

Resumo

Esse texto integra a pesquisa “*Assistência, Religião e Poder: revendo e atualizando uma articulação histórica*” -Programa de Pós- graduação em Serviço Social da Puc-Rio/CNPQ. Está relacionado à parte voltada para a análise da construção da Assistência Social no Rio de Janeiro da 1ª República, onde se busca caracterizar algumas dimensões da realidade social e política da então capital do país que, com outras configurações, ainda hoje desafiam a estruturação e implementação da nova política pública da Assistência Social: uma concepção desqualificadora acerca dos mais pobres; a ideologia filantrópica e a convocação das mulheres e da família popular numa certa normatização da sociedade.

Palavras chave: assistência social; Primeira República; filantropia; família popular

**SOCIAL WORK IN RIO DE JANEIRO: DISQUALIFICATION OF THOSE SERVED,
SCIENTIFIC RACISM AND PHILANTHROPY**

Ana Maria Quiroga

PUC-RIO

Abstract

This text is part of the study “*Social Work, Religion and Power: reexamining and updating a historical articulation*” – Graduate Program in Social Service of PUC-Rio/CNPQ. It is related to the part focused on the analysis of the construction of Social Work in Rio de Janeiro during the First Republic, and seeks to describe some of the dimensions of the social and political reality of the then capital of Brazil, which, with other configurations, to this day challenges the structuring and implementation of the new Social Work public policy: a disqualifying concept about the poorest; philanthropic ideology and the call to women and popular family in a certain creation of rules of society.

Key Words: social work, First Republic, philanthropy, popular families

INTRODUÇÃO

Na história profissional do Serviço Social no Brasil, tem-se como marco inaugural o período pós-30 onde a profissão é reconhecida na divisão sócio-técnica do trabalho, tendo como pano de fundo o desenvolvimento capitalista predominantemente urbano-industrial, a expansão do proletariado e da burguesia industrial sendo a constituição de seu mercado de trabalho fundamentalmente articulada ao Estado e secundariamente, a organizações patronais ou confessionais (Carvalho e Yamamoto, 1982).

Além disso, tem-se como consensual a idéia que, apenas quando a questão social (matéria-objeto primordial da profissão) ingressa no cenário político da sociedade exigindo outras formas de intervenção além da caridade e da repressão, foram dadas as condições para a estruturação do Serviço Social, como novo campo profissional.

Esses argumentos internos à historiografia profissional, somados aos estudos das Ciências Sociais brasileiras, cuja maior desenvoltura se deu a partir (e sobre) os anos 30, fizeram com que o período pré-30 fosse considerado de menor importância. No caso do Serviço Social, a assistência social em geral, e principalmente sua história colonial e filantrópica, foi considerada “*protoforma*” do trabalho profissional (Carvalho e Yamamoto, 1982) e, como tal, não teve maiores investimentos de pesquisa dentro da área.

A ação assistencial tanto nos finais do Império como durante a 1ª República foi fundamentalmente estudada pelas áreas e pesquisadores ligados aos estudos acerca da infância e minoridade, da história da medicina e saúde mental; da gênese dos sistemas jurídicos no País.

Na década de 80 do século passado, a sociedade brasileira desperta para o desvendamento do processo de constituição de sua cidadania, para a compreensão das classes populares e seus movimentos, enfatizando processos históricos fundamentais (a escravidão e suas seqüelas, o tipo de constituição republicana realizado no Brasil, a lenta e desigual configuração dos direitos, etc). Nesta conjuntura, os estudos relativos aos períodos pré-30 voltaram a ganhar relevância em diferentes áreas da pesquisa histórica e do pensamento social brasileiro.

Hoje com a ampliação da assistência social como política pública, o “revisitar a história da Assistência Social” no país, constitui uma necessidade fundamental. Isto porque ao construir a arquitetura de uma nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), o que se verifica é o renascimento de matrizes políticas e lógicas de atuação institucional extremamente arcaicas cuja compreensão exigiria o “retorno” ou o reexame de questões aparentemente “há muito tempo superadas”. Referimo-nos, entre outros aspectos: à presença e importância da(s) religião (ões) e da lógica filantrópica nos sistemas assistenciais; das concepções acerca da necessidade de vigilância e enquadramento das classes populares; o racismo e outros critérios excludentes presentes sob teorias e indicadores de produtividade das políticas sociais; a convocação das mulheres e da família popular na implementação das políticas assistenciais como metamorfose de sua convocação à “moralização” da sociedade, de tempos passados.

Todos esses aspectos, atualmente tão próximos à intervenção do Serviço Social, posto que temos agora lugar de destaque na operação das políticas públicas de assistência social, nos levam a pensar na necessidade de um retorno histórico da área que antecederia à fase de sua profissionalização no Brasil. Isto significaria pesquisar elementos que, participando da constituição da área da Assistência Social no país, nela tenham deixado traços marcantes inclusive na profissão e nos profissionais de Serviço Social.

Esse estudo integra a pesquisa “*Assistência, Religião e Poder: revendo e atualizando uma articulação histórica*” que vem sendo realizada junto ao Programa de Pós- graduação em Serviço Social da Puc- Rio, com apoio do CNPQ.

O presente texto integra a parte da pesquisa voltada para a análise dos cenários da construção da Assistência Social no Rio de Janeiro onde se busca caracterizar algumas dimensões da realidade social e política da então capital do país que se fizeram presentes nas configurações assumidas pela “assistência aos mais pobres” em sua transição modernizadora, no ocaso de seu modelo colonial.

I - A DESCOBERTA DAS CLASSES POPULARES E AS DEMANDAS DE SEU ENQUADRAMENTO E SUJEIÇÃO

Nos últimos anos do período escravista, a cidade do Rio de Janeiro possuía uma porcentagem significativa de cativos que, pelo recenseamento de 1849 (ou seja, às vésperas da interrupção do tráfico negreiro ocorrido em 1850) o percentual de população escrava sobre a população total da cidade era de 41,5% (Chalhub,2006) ¹. A desagregação da escravidão trazia uma série de novas questões. Em primeiro lugar, essa população vivia mesclada aos demais segmentos pobres da capital, ocupando *cortiços* e *estalagens* os quais foram se transformando ao longo do século XIX , em “asilo de escravos fugitivos” e centros de lutas dos negros contra a escravidão. ² Assim, mais que os perigos à saúde pública (motivos extremamente explorados pelo higienismo da época) os *cortiços* representavam o temor a uma aliança entre pobreza e rebeldia negra.

Em segundo lugar, se durante os mais três séculos de escravidão, cabia a cada proprietário a aplicação de medidas coercitivas e de dependência pessoal para a sujeição dos cativos, como garantir a continuidade da sujeição ao trabalho e à acumulação de riquezas de seus senhores/patrões, na condição de libertos? E mais, como atuar no sentido de estabelecer novas formas de controle social frente a esse enorme contingente de ex- escravos e seus descendentes, de um lado, e de outro, de levadas de trabalhadores imigrantes que, principalmente a partir de meados do século XIX chegam ao país, em geral e à sua capital em particular?³ Ainda que portadores de experiências históricas distintas, escravos, ex-

¹ Em termos numéricos, ainda em 1864, a Corte contava com cerca de 100.000 escravos, 1/3 do total de toda a província do Rio de Janeiro (WWW.1.IBGE.gov.br/Brasil500/home.html).

² Abreu (1988) em seu estudo sobre a evolução urbana do Rio de Janeiro, indica que, em 1868, 21.929 pessoas viviam em cortiços na cidade. Este tipo de habitação coletiva foi alvo preferencial das epidemias de febre amarela que “quase anualmente passavam a grassar a cidade, a partir de 1850” (idem, 1988:42)

³ No caso do Rio de Janeiro, deve ser destacada a imigração portuguesa que, mais moderada na 1ª metade do século, intensifica-se a partir de sua segunda metade. Estudos portugueses indicam que entre 1855 e 1924 cerca de 1,3 milhões de portugueses deixaram seu país de origem, “ tendo o Brasil e seus principais portos, como destino principal, quase exclusivo” (Costa Leite,2000:177) “Os espaços deixados pelos escravizados foram ocupados por trabalhadores livres,muitos dos quais portugueses, que já ocupavam uma fatia de 30% dos empregos livres na cidade, nos anos 1830.” (Mattos,2004:232)

escravos e imigrantes pobres conformavam o conjunto majoritário de moradores para os quais as condições de sobrevivência deviam ser duramente conquistadas num ambiente habitacional e urbano precário e hostil e num mercado de trabalho absolutamente incipiente. Na verdade, o que mais caracterizava o mercado de trabalho na cidade eram formas de utilização de mão de obra em diferentes estabelecimentos, ofícios e “serviços pelas ruas” em troca de alguma remuneração monetária. Essa dupla inserção, em relações mercantis (de venda de serviços e mercadorias) e escravistas, (posto que permanecia a propriedade dos senhores) demonstra a extensão e a “complexidade da escravidão- especialmente na situação urbana- e a proximidade entre trabalhadores escravizados e livres, nos espaços de trabalho urbano.” (Mattos,2004:233)

Assim quer pelas áreas e moradias que ocupavam quer pelas ocupações que exerciam escravos, ex escravos e imigrantes pobres se mesclavam gerando uma mobilidade na cidade que por sua vez, desencadeava inúmeras inseguranças e tensões entre os grupos dominantes e o poder político local. A ausência de *amos* e *senhores* (nos casos dos alforriados e libertos) e a inexistência dos *controles locais e familiares das terras de origem* (nos casos dos imigrantes), aqui deveriam ser substituídas pelo aparato policial e suas diligencias nos diferentes pontos da cidade principalmente naqueles espaços onde caracteristicamente se concentravam aqueles que passaram a ser considerados “*classes perigosas*”.⁴

Na verdade o tratamento policial em relação às classes populares não se restringiu apenas àqueles que por origem e/ou descendência escrava ou por razões de pobreza inseriam-se na condição de *classes perigosas*. O ato de trabalhar era realizado como uma imposição da dominação (aos escravos) ou da penúria (aos brancos pobres).Por isso, mesmo o estímulo ao trabalho, numa “nova ordem pós- escravista” implicaria na “aplicação de formas de enquadramento e repressão” (Gomes,2005). Esta será também demandada em relação aos espaços de vida dos mais pobres.⁵

Desta forma, se se pode dizer que ocorre, na cidade do Rio de Janeiro, uma certa descoberta das classes populares, tal descoberta virá acompanhada de uma série de desqualificações e pré-julgamentos (ou de uma atitude de “*suspeita generalizada* em relação a seus modos de vida e trabalho) além de um tratamento abertamente repressivo nos casos de manifestações coletivas, fossem elas rebeliões e motins populares (como a

⁴ “ Vamos encontrar o conceito de *classes perigosas* como um dos eixos de um importante debate parlamentar ocorrido na Câmara dos Deputados do Império do Brasil nos meses que se seguiram à lei de abolição da escravidão, em maio de 1888. Preocupados com as conseqüências da abolição para a organização do trabalho, o que estava em pauta era um projeto de lei sobre a repressão à ociosidade. Nossos parlamentares, ávidos leitores de compêndios europeus, irão utilizar como fonte nessa questão, alguns autores franceses, cuja definição de *classes perigosas* parecia vir ao encontro de suas preocupações” (Chalhub, 2006:20)

⁵ Há diversas citações de pedidos encaminhados aos jornais locais, e aos vereadores da Câmara Municipal no sentido “ dar buscas nos cortiços e reprimir severamente casas de aluguel de cômodos” por serem “antros de concentração de malfeitores e de predomínio de vícios e imoralidades de mil formas”(Chalhub,2006:27)

Revolta da Vacina) ou mais diretamente ligadas a greves e movimentos operários. Não é a toa que uma das instituições de maior crescimento nos finais do Império e início da República, será exatamente o aparato policial⁶.

Ao crescimento organizacional da polícia se anexa a ampliação do Exército e da Armada cujo recrutamento recaia sobre os mais pobres e desprotegidos.⁷ A “descoberta das classes populares” realizada no período analisado, foi portanto, um reconhecimento absolutamente hierarquizado e estigmatizado onde as matrizes e lógicas escravistas presentes entre os grupos dominantes e o próprio poder público se transferem (e se manifestam) no tratamento autoritário e repressivo dispensado àqueles que serão objeto do atendimento assistencial.

II - RACISMO CIENTÍFICO DOS HIGIENISTAS

Uma segunda dimensão caracterizadora do ambiente intelectual e político do período considerado é a que se refere ao que genericamente poderia se chamado de *Higienismo*. A rigor trata-se de um movimento mais amplo, vivido igualmente na Europa Oitocentista, que corresponderá à articulação entre política institucional e conhecimento científico ou da condução da “modernização” do país em nome da “ciência e da técnica”. Tratava-se de implantar no país um clima civilizatório que eliminasse o passado escravocrata implantando, em diversos setores da realidade, medidas fundadas nas ciências jurídicas, nos laboratórios médicos e nos novos conhecimentos urbanísticos. A perspectiva higienista abraçada por diferentes especialistas, parlamentares e funcionários do Estado propunha “submeter a política à técnica”; colocar-se “acima dos interesses” particulares e dos conflitos sociais; nortear-se por princípios “civilizatórios, de ordem e progresso” na eliminação dos males herdados da sociedade colonial vale dizer, a herança africana, a desordem, a imundice, os modos de vida primitivos de grande parte de sua população.

A rigor, a *Higiene* configurou-se como uma verdadeira *ideologia* no sentido de um conjunto de princípios tomados como verdadeiros que norteariam a condução política de profissionais, instituições e do próprio país, no caminho da “construção da civilização européia nos trópicos” (Chalhub,2006:35) A *higiene* marcou assim, a atuação dos profissionais da saúde (médicos, fiscais sanitários, vacinadores) que “em nome da saúde pública” invadiam domicílios, destruíam pertences de seus moradores, chegando até a

⁶ A Organização Policial em 1900 sofre uma significativa reforma modernizadora: em 1903 constitui-se como Guarda Civil e Brigada Policial para finalmente passar a formar a Força Policial do Distrito Federal.(Bretas,apud Gomes, 2005:61) A Intendência de Polícia tinha amplas atribuições inclusive participava da Junta Vacínica, em sua ação fiscalizadora. (Fernandes,1999)

⁷ “ A vida nos quartéis e nos navios da Armada era um verdadeiro inferno...O castigo físico, embora proibido por lei desde 1874, era usado rotineiramente.Nisso os soldados se aproximavam dos escravos e não foi por acaso que os marinheiros que se rebelaram em 1910 contra o uso da chibata falavam em eliminar os restos de escravidão.” (Carvalho,1996:350)

destruir as próprias residências quando “ diagnosticadas” como infestadas por algum agente patológico ou apresentavam precárias condições de construção/conservação. Mais que um princípio de caráter científico, a *higiene* se constituía e dava fundamento ideológico para o empreendimento de intervir e controlar as práticas sociais e modos de vida da população, sobretudo, os negros (por suas práticas de cura “inaceitáveis” aos padrões racionalistas da medicina dita científica) e os mais pobres que aglomeravam-se em pequenas casas gerando, na versão dos órgãos oficiais, um padrão “insalubre e promíscuo” de habitação e de vida.

Além disso, a sedução da ideologia da higiene articulou-se também aos princípios modernos da “cidade ordenada” fundamentando as intervenções no urbano da cidade do Rio de Janeiro, em sua pretensão de tornar-se o “cartão postal da nova nação republicana brasileira”.⁸ A higiene pública erigida pelos sanitaristas como “critério de civilização de um povo” ganha, pois dimensões políticas sendo alvo de verdadeiras campanhas cívicas onde se destacavam a autoridade dos especialistas (de Inspectores Sanitários, visitantes a urbanistas) articulados e apoiados pela intervenção das forças policiais. Formou-se assim um amálgama de *razões médico- científicas e moralistas* para fundamentar intervenções na cidade, desocupando espaços urbanos já então muito valorizados, como o Centro e as freguesias a seu redor.

III - LÓGICA FILANTRÓPICA COMO SUBSTITUTA (OU CONTINUIDADE) DA LÓGICA RELIGIOSA

Na interpretação mais comum, ou mesmo em interpretações teóricas menos especializadas, conceitos como *Caridade* e *Filantropia* são considerados intercambiáveis. No entanto, trata-se de conceitos que embasam modelos históricos distintos, mesmo que tenham como ponto em comum, o fato de referirem-se à atuação de esferas privadas, no campo da assistência a grupos sociais mais pobres. Ambos manejam um universo simbólico que justifica socialmente e dá sentido à existência de instituições e à ação de sujeitos sociais que, muitas vezes em termos reais, operam respondendo a funções sociais muito diferentes daquelas com que se apresentam socialmente.⁹

⁸ Muito já se publicou sobre as intervenções urbanísticas realizadas na cidade do Rio no período da 1ª República. Uma das mais importantes é representada pela Reforma Passos (1902-1906), que objetivando adaptar o espaço urbano às novas exigências do capitalismo comercial e industrial que aqui se implantava, teve na eliminação das habitações anti-higiênicas um de seus objetivos centrais. Antes dela entretanto, os cortiços já vinham enfrentando perseguições sistemáticas, como a “tomada do Cabeça de Porco”, em 1893, por Barata Ribeiro (Abreu, 1988.)

⁹ Um bom exemplo, no caso brasileiro, é o padrão assistencial que dominou todo o período colonial até as vésperas do período republicano – o modelo Santa Casa que operado pelas Irmandades da Misericórdia, tinham como operador de legitimação a **caridade cristã** e **compromissos espirituais** em relação aos necessitados. Ele representou, entretanto, um **grande modelo de organização econômica, social, de poder político e patrimonial** articulando e exercendo funções fundamentais à manutenção da dominação colonial no país, numa atuação muito mais ampla que a mera assistência aos mais pobres, como era apresentado socialmente.

No Brasil, a filantropia higienista que passa a dominar a partir da metade do século XIX estendendo por toda a 1ª República, terá como missão produzir uma nova forma de intervenção no social, mas ampla e com pretensões de maior eficiência, do ponto de vista de uma disciplinarização da sociedade e seus segmentos mais fragilizados.

Em sua estrutura de legitimação junto à sociedade, a filantropia se apresenta de forma mais complexa: mantém antigos valores e justificações morais, grande parte deles, originados do universo judaico-cristão, e, ao mesmo tempo se apresenta com novos elementos. Estes vão desde a crítica à sociedade anterior (à sociedade colonial e ao escravismo mas também às influências africanas e às manifestações da cultura e do modo de vida popular) às propostas decorrentes dos conhecimentos técnico-científico que introduzem. O aspecto mais importante entretanto é que filantropia higienista apresenta-se como *racionalizadora e laicizante*. Colocando os conhecimentos técnico-científicos como o fundamento de sua ação, ela realiza uma poderosa articulação entre saber e poder. Os filantropos passam a constituir uma *espécie de elite pensante* no país que atua no que para eles se constituía a “modernização de concepções e instituições sociais” de diferentes áreas e domínios.

A rigor, o pensamento filantrópico que também desenvolveu-se na Europa do século XIX, tinha como pretensão constituir um outro tipo de autoridade e legitimidade: aquela decorrente do *saber* e da *competência*. Em princípio, ela diferiria da autoridade baseada na religião, na propriedade ou no dinheiro fundando um “*modelo de governo dos melhores*” (Castel, 1998).

Entretanto, no caso da América Latina e do Brasil, como sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais, o modelo filantrópico assumiu dimensões ainda mais elitistas e conservadoras. Elitistas, no sentido em que eram muito poucos os que tinham acesso a uma formação científica e profissional mais elevada.¹⁰ Conservadoras no sentido que sua atuação visava estabelecer ou introduzir determinadas correções e novas modalidades de atuação nas diferentes áreas, sem tocar (ou pelo contrario, aperfeiçoando) as estruturas do capitalismo que aqui se expandia.

Não há dúvida entretanto, que os filantropos higienistas introduziram mudanças e inovações nas formas de atuação de instituições tradicionais e, em alguns casos, nas próprias formas de atendimento à população demandante de seus serviços. Foram características da filantropia higienista atuante nos campos sociais:

- a introdução de estudos e da necessidade de conhecimento em relação às áreas de atendimento o que significava o *estabelecimento de estatísticas* (de doenças, de

¹⁰ Tal grupo concentrava-se nos Centros Urbanos- onde o Rio de Janeiro ocupava lugar de destaque. Descendentes de proprietários rurais ou de funcionários do aparelho do Estado, esse novo segmento social, muitos dos quais com formação na Europa, teve importante papel, nos movimentos de independência e construção das novas sociedades pós coloniais latino americanas (Furtado,2003)

mortalidades epidêmicas e de casos atendidos dentro das Instituições além das estatísticas de criminalidade). Tais estudos passam a fundamentar a formação de uma opinião pública acerca da realidade social do país;

- os *relatórios de inspeções* com base nos quais se construíram muitas das pautas parlamentares e das propostas jurídico-legais da época;

- a importância das demarcações, seleções e classificações entre os necessitados atendidos (ou potencialmente atendidos), o que resultaria na *divisão do mundo dos pobres*. Estes seriam subdivididos entre: os dignos e os indignos; os recuperáveis e os irrecuperáveis; os sadios e os doentes; os válidos e inválidos, os normais e os anormais. Todas essas classificações teriam “critérios racionais” de atribuição, onde, obviamente a subjetividade e a perspectiva de classe do *observador* jogaria importante papel no *juízo*.

- os debates e a socialização de idéias de processos políticos e sociais que emergiam e se consolidavam em outras realidades tornando-os presentes nos Centros de Formação do país, como foram os casos das Faculdades de Direito e Medicina fundadas no século XIX e inícios do Século XX.

Do ponto de vista da assistência social *stritu senso* o grande Modelo Santa Casa começa a desmontar-se não só como resultado de pressões internas da esfera médica ¹¹ como também pelo esgotamento de uma série de mecanismos que sustentavam seu funcionamento (o esquema das Irmandades, o sistema de financiamento mantido por doações e heranças, as denúncias de malversação de recursos, etc).

No entanto, a matriz filantrópica permanece extremamente impregnada de valores morais em relação ao que o *grupo dos “esclarecidos”* considerava como as formas corretas de condução da vida pessoal, familiar e social dos atendidos.

Como herdeira- mesmo que aparentemente crítica- da lógica assistencial religiosa, a assistência filantrópica mantém três grandes eixos da lógica anterior: Em primeiro lugar, ela não se funda na perspectiva republicana do direito mas, da **ajuda** (e uma ajuda) entre **desiguais** onde um benfeitor assume um lugar de superioridade sobre o beneficiado¹².

Em segundo lugar, na dissimetria da relação estabelece-se uma **dívida moral de gratidão** por parte do beneficiário; e em terceiro lugar, o engrandecimento moral do

¹¹ Os hospitais gerais são absolutamente criticados uma vez que generaliza-se o imperativo de que as doenças /doentes devem ser melhor conhecidos, separados, classificados e principalmente, objeto de intervenções diferenciadas. Além disso, o isolamento, a redução de contágios, a especialização de atendimentos e as medidas preventivas apresentam -se como novas tecnologias de administração dos problemas médico-sociais. Igualmente no campo jurídico, os tipos de infrações e infratores devem ser melhor conhecidos e submetidos a “tratamentos corretivos” diferenciados. (Nogueira Pinto, e Hermely, 2001)

¹² “A relação de ajuda é como um fluxo de humanidade que circula entre duas pessoas. Evidentemente, esta relação é desigual, mas é nisso que reside seu interesse. O benfeitor é um modelo de socialização e por sua mediação o bem se derrama sobre o beneficiário.” (Castel, 1998:320)

benfeitor e a desigualdade da relação estabelecida entre ele e seu beneficiado geram frequentemente **estados de dependência e submissão**.

A rigor, esses elementos não correspondiam apenas à lógica religiosa da ajuda. Estavam igualmente presentes na experiência histórica do escravismo e do grande domínio territorial que marcaram a sociedade brasileira nos primeiros séculos de sua formação. Além disso, as relações de mando/subserviência onde o senhor territorial reprimia e “ajudava” se desdobraram em uma série de outras relações de sub-cidadania onde a categoria do *favor* constituiu uma mediação fundamental entre os proprietários (de terra e dos meios de produção nas cidades) e os “homens livres” porém pobres e desprotegidos. (Sales,1994).O **que a filantropia instaura e perpetua é pois um modo de assistir aos necessitados sem apagar as desigualdades e distancias sociais que separam os benfeitores (e filantropos) de um lado, e os indigentes e necessitados, de outro.**

Tal matriz enraiza-se de tal forma na realidade da assistência social que sua superação permaneceu (e permanece) como um dos maiores desafios à implantação de políticas públicas norteadas por noções de direito e cidadania das camadas mais pobres no país.

V - REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Laurinda. “O papel das Misericórdias dos ‘lugares de além – mar’ na formação do Império Português” Revista História, Ciências, Saúde- Manguinhos, vol. 8 nº 3, Rio de Janeiro, 2001

ABREU, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* - 2 edição. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR. 1988.

CARVALHO, José Murilo. “*Cidadania no Brasil: o longo caminho*”- 9ª Ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: Uma crônica do salario*, Petropolis: Vozes, RJ.1998

CHALHUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte Imperial*, 4ª reimpressão,São Paulo: Companhia das Letras, 2006

COSTA LEITE, Joaquim. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914) in *Fazer a América: a imigração em massa para a America Latina*. Fausto Boris (org.)São Paulo: EDUSP,2000

FERNANDES, Tania Maria. *Vacina Antivariólica:ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920)*.Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ,1999

FURTADO, Celso. *As estruturas econômicas latino-americanas in Raízes do Subdesenvolvimento*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, Rio de Janeiro: FGV, 2005

IAMAMOTO, M.V e CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Celats/Cortez, 1982

IBGE : WWW.1.IBGE.gov.br/Brasil500/home.html

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. Revista Rio de Janeiro, nº 12, jan-abril.2004

MESGRAVIS, Laima. *"A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo-1599?- 1884: Contribuição as estudo da Assistência Social no Brasil-* São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976

QUIROGA, Ana Maria. *"Assistência e Poder: revendo uma articulação histórica"* Rio de Janeiro, Revista Praia Vermelha, 18. 1 semestre, 2008

_____. *"Caridade, Filantropia e Justiça e os modelos de Ação Social"*
Praia Vermelha, 5, 2º semestre, Rio de Janeiro, 2001

RUSSEL-WOOD, A.J.R. *"Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia-1550-1755"* - Brasília:Universidade de Brasília, 1981

SÁ, Isabel dos Guimarães. *"Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português 1500-1800;-* Lisboa:Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997

_____. *"As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel a Pomba"*, Lisboa: Livros Horizonte, 2001

SALES, Teresa. *Raízes da Desigualdade social na cultura política brasileira*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: ANPOCS, nº 25, ano 9, junho/1994